



O OLHAR FOTOGRÁFICO DA COLÔNIA GETÚLIO VARGAS/RS

Patricia Lilian Mokfa¹

Mestranda em História na
Universidade de Passo Fundo (UPF)

RESUMO

Abordar o processo de imigração e colonização a partir das imagens fotográficas têm revelado particularidades sobre a representação de/e sobre os núcleos coloniais. No presente estudo, analisam-se as imagens fotográficas produzidas sobre o colono/ imigrante, na qual, foi a mão de obra na construção da colônia de Getúlio Vargas, situada no norte do Rio Grande do Sul, no período de 1908 a 1934. Justifica-se o recorte temático dado a sua relevância e ausência de estudos nessa linha. Partindo do conceito de representação de Chartier (1991), objetiva-se perceber como os fotógrafos representaram a formação da colônia de Getúlio Vargas, no que diz respeito aos espaços fotografados, a instalação dos colonos em seus lotes, a correlação entre colonização e ferrovia, a organização do espaço urbano da colônia no início do século XX; e contribuir para o conjunto de estudos historiográficos sobre a história social.

Palavras-chave: Colônia Getúlio Vargas; colono/imigrante; análise fotográfica.

ABSTRACT

Addressing the process of immigration and colonization from the photographic images have revealed particularities about the representation of / and about the colonial nuclei. In the present study, we analyze the photographic images produced on the settler / immigrant, in which the workmanship was the construction of the Getúlio Vargas colony, located in the north of Rio Grande do Sul, from 1908 to 1934. Justifica thematic clipping given its relevance and lack of studies along these lines. Based on the concept of representation of Chartier (1991), it is aimed to understand how the photographers represented the formation of the Getúlio Vargas colony, with regard to the photographed spaces, the settlers' installation in their lots, the correlation between colonization and railroad, the organization of the urban space of the colony in the early twentieth

century; and contribute to the set of historiographic studies on social history.

Keywords: Colony Getúlio Vargas; colonist / immigrant; photographic analysis.

INTRODUÇÃO

As cidades, assim como as pessoas, têm personalidade. Tem seu jeito próprio, qualidades, defeitos, características que distinguem umas das outras. E tem uma história, formada pela soma das histórias de todos os que ali vivem ou viveram. Uma parte desta história vai sendo contada, escrita e incorporada à cultura da população. Outra parte fica impressa no espaço urbano e é contada pelos próprios recantos, pelas ruas, pelas construções. Do prédio mais antigo ao mais recente, as construções testemunham a passagem dos homens

pelo lugar, mostram como vivem e o que são capazes de construir (DETONI, M. G., 1989, p. 7).

Este artigo tem por objetivo analisar as imagens fotográficas do período de 1908 a 1934 e identificar as representações construídas sobre a mão de obra do colono na construção da colônia de Getúlio Vargas, situada no norte do Rio Grande do Sul, mais especificamente no que concerne à configuração de seu espaço e seus sujeitos.



199

Mapa 1: Cidade de Getúlio Vargas localizada no norte do Rio Grande do Sul, que será o palco de estudo. Fonte: https://wikitravel.org/pt/Rio_Grande_do_Sul

Durante esse período de renovação, historiadores como Jacques Le Goff e Marc Bloch irão expandir em muito a noção de documento e dos objetos da história. Como a máxima de Marc Bloch: “A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar-nos sobre ele” (1941-1942, p. 63).

O conjunto de imagens foi constituído por vários fotógrafos, muitos dos quais não identificados, que registraram a formação e o crescimento dessa colônia. O conjunto fotográfico, composto por cerca de 200 imagens de temas os mais diversos, está no acervo sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas (IHGGV). Logo, essas fotografias deixaram de circular e passaram a integrar uma coleção de uma instituição privada, para “participarem de um intercâmbio de um mundo visível e invisível” (POMIAN, 1984, p. 66).

As primeiras fotografias feitas foram por um fotógrafo não identificado que registrou 45 imagens a partir de 1908 a 1913 início da colonização, que cruzou pela então sede da Colônia Erechim (atual Getúlio Vargas), seguindo em direção a Paiol Grande e Marcelino Ramos. Após ele prosseguiu viagem a Santa Catarina e ao Paraná doando essas imagens para o arquivo de Erechim RS.

Como um exemplo desse circuito de produção e consumo da imagem, temos a

pequena colônia de Getúlio Vargas, inicialmente registrada nas imagens – feitas pelos primeiros fotógrafos itinerantes – de retratos de famílias em suas propriedades, imagens estas divulgadas nos mais diferentes suportes.

2. GETÚLIO VARGAS NO RASTRO DE SUA HISTÓRIA

Inicialmente chamado de Paiol Grande e, depois, sucessivamente, de Boa Vista, Boa Vista de Erechim, José Bonifácio e, dividindo então Getúlio Vargas e Erechim como muitos outros povoados do Brasil, Getúlio Vargas surgiu à margem de uma estrada de ferro. No caso, a estrada de ferro que ligava o Rio Grande do Sul a São Paulo.

A fotografia é uma importante fonte histórica para o estudo da imigração e da colonização. Para Ana Maria Mauad (2004), o historiador deve partir do pressuposto de que a fotografia é um testemunho válido, não importando se o registro foi feito para documentar um fato ou representar um estilo de vida:

As fotografias guardam, na sua superfície sensível, a marca indefectível do passado que a produziu e consumiu. Um dia já foram memória presente, próximas àqueles que as possuíam, as guardavam e colecionavam como relíquias, lembranças ou testemunhos. No processo de constante vir a ser recuperam o seu caráter de presença num novo lugar, num outro contexto e com uma função diferente. Da mesma forma que seus antigos donos, o historiador

entra em contato com este presente/passado e o investe de sentido, um sentido diverso daquele dado pelos contemporâneos da imagem, mas próprio de ser estudado. (MAUAD, 2004, p. 26).

Foi na primeira metade do século XX que a utilização da máquina fotográfica tornou-se popular. Para além da crescente e veloz evolução tecnológica que a acompanhou, a fotografia passou a figurar como um discurso da verdade, importante documento comprobatório de um acontecimento. A fim de conhecer as diferentes sociedades e sua organização, a fotografia consiste em uma importante fonte de pesquisa.

Para Charles Monteiro,

A fotografia é um recorte do real. Primeiramente, um corte no fluxo tempo real, o congelamento de um instante separado da sucessão dos acontecimentos. Em segundo lugar, ele é um fragmento escolhido pelo fotógrafo pela seleção de tema, dos sujeitos, do entorno, do enquadramento, do sentido, da luminosidade, da forma, etc. Em terceiro lugar, transforma o tridimensional em bidimensional, reduz a gama das cores e simula a profundidade do campo de visão. Ela é também uma convenção do olhar herdada do Renascimento e da pintura, que é necessário aprender para ver. A câmara fotográfica capta mais e menos do que o nosso olho pode ver. (MONTEIRO, 2006, p.12).

Segundo Borges (2005, p. 80), “seus discursos [da fotografia] sinalizam lógicas diferenciadas de organização do pensamento, de ordenação dos espaços sociais e de

medição dos tempos culturais”. Já Susan Sontag destaca que:

Por meio das fotos, acompanhamos da maneira mais íntima e perturbadora o modo como as pessoas envelhecem. Olhar para uma velha foto de si mesmo, de alguém que conhecemos ou de alguma figura pública muito fotografada é sentir, antes de tudo: como eu (ela, ele) era muito mais jovem na época. A fotografia é o inventário da mortalidade. Basta, agora, um toque do dedo para dotar um momento de uma ironia póstuma. As fotos mostram as pessoas incontestavelmente presentes num lugar e numa época específica de suas vidas; agrupam pessoas e coisas que, um instante depois, se dispersaram, mudaram, seguiram o curso de seus destinos independentes. (SONTAG, 2004, p. 43).

A cultura dos povos, manifestada por seus costumes, habitação, monumentos, mitos e religiões, passou a ser gradativamente documentada pela câmera fotográfica. Paisagens urbanas e rurais, obras de implantação de estradas de ferro, conflitos armados e expedições científicas passaram a ter seu lugar diante das máquinas fotográficas. Seja a fotografia um tipo de arte ou de pura técnica, surge no debate a questão de seu caráter documental: o homem passa a ter uma outra opção de acesso a outras realidades que antes lhe eram transmitidas através de relatos escritos, em sua maioria (KOSSOY, 2001).

Toda fotografia traz consigo uma história. É um resíduo, um vestígio do passado. Contudo, enquanto tecnologia de registros fotográficos de seu tempo, no qual a

técnica e a ciência eram sagradas, foi de certa forma, sacralizado. As fotografias passaram a ser consideradas, enquanto registros instantâneos da realidade, como “testemunhos da verdade” (KOSSOY, 1993, p. 13), o que atribuiu a elas um certo estatuto de credibilidade, tornando-a um espelho fiel dos fatos.

Observando-se tais questões, uma fotografia produzida no passado também pode ser considerada uma espécie de monumento, pois, como destaca (LE GOFF 1984, p. 103), todo documento reflete “o esforço das sociedades históricas para impor ao futuro, voluntária ou involuntariamente determinada imagem de si próprias”. Dessa forma, podemos dizer que toda imagem fotográfica tem atrás de si uma história. Se, enquanto documento, ela é um instrumento de fixação da memória e, nesse sentido, mostra-nos como eram os objetos, os rostos, as ruas, o mundo, ao mesmo tempo, enquanto representação, ela nos faz imaginar o não manifesto, a emoção e a ideologia do fotógrafo.

A fotografia, assim compreendida, deixa de ser imagem retida no tempo para se tornar uma mensagem que se processa através do tempo, tanto como imagem/documento quanto como imagem/monumento. Sua importância é ressaltada por Le Goff (2003), o qual a coloca entre as manifestações mais significativas da memória coletiva. A

fotografia revolucionou a memória: multiplicou e a democratizou, dando uma precisão e uma “verdade” visual nunca antes atingida, permitindo, assim, preservar a memória do tempo e da evolução cronológica.

3. ORIGEM DO COLONO/IMIGRANTE E EMANCIPAÇÃO DE GETÚLIO VARGAS/RS

A imigração no atual estado do Rio Grande do Sul, iniciou no início do século XIX, com a chegada dos Alemães e mais tarde dos Italianos, projeto implementado pelo império brasileiro e continuado após o advento da república com intuito de melhorar a defesa das fronteiras brasileiras, ampliação da oferta de mão de obra no meio rural e nas cidades, na perspectiva de um possível aumento da economia brasileira.

Em se tratando de imigração “A saída encontrada pelas elites para substituir a mão de obra escrava foi realizar uma intensa propaganda na Europa, em especial na Itália, na Alemanha e na Espanha, para atrair os camponeses pobres e excluídos pelo avanço do capitalismo industrial no final do século 19 na Europa.”(STEIDILE, 2011 p. 25) dessa forma o território continuou na mão dos grandes proprietários de terras, e a vinda dos imigrantes com a ilusão, de terem suas próprias terras, pois uma grande parcela dos imigrantes foram trabalhar nas plantações de

café nos estados de São Paulo e Minas Gerais, outros permaneceram nas cidades. Muitos acumularam um pouco de dinheiro e mais tarde compraram suas terras, outros compraram lotes financiados pelo governo através das companhias de imigração, e assim sucessivamente foram iniciando sua trajetória de luta pela melhoria das condições de vida.

Os colonos que se designaram para o Sul, que foi o caso dos Alemães e italianos no século XIX, não foram designados para suprir o trabalho escravo e sim para fazer a povoação das áreas, habitadas pelos povos originários, havendo um deslocamento dos povos que ali abitavam, para as áreas de reduções assim.

Para a história do planalto rio-grandense e, especialmente, para a de seu noroeste-fronteiriço, o conceito de colonização deve ser imediatamente revisto. A sua adoção resultou no privilegiamento de um método de representação positivista e artificial, sob ótica da intrusão estatal-imigrante. (GOLIN, 2002, p. 38)

Os colonos migrantes mais tarde começaram a ocupar uma área, praticamente não habitada, e não influenciada pela mão do homem europeu, isso já no século XX, estas eram terras ocupadas pelos povos originários de guaranis e kaigangs, povos não aceitaram a ocupação dos migrantes.

Segundo Silva (2011, p.136) faz a seguinte consideração sobre o “colono”: “Ser colono, sob a ótica dos governantes, era a

equivalente, a ser pequeno proprietário agrícola, fixado a terra, respeitador das leis e das autoridades e, sobretudo, ser um produtor de gêneros voltados a 'avolumar as rendas do Estado’”. E para Dorigon e Renk (2013, p. 13): “A palavra ‘Colono’ foi uma categoria administrativa estabelecida pelas autoridades do Império a esses imigrantes e assimilada pelos agricultores como sinal positivo na construção da identidade”.

Desta maneira a propaganda de terras devolutas por várias empresas, de imigração, fazia a ponte para que as informações chegassem até os colonos. Conforme a lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 sobre terras devolutas, os artigos abaixo específicos que;

Art. 12. O Governo reservará das terras devolutas as que julgar necessarias: 1º, para a colonização dos indigenas; 2º, para a fundação de povoações, abertura de estradas, e quaesquer outras servidões, e assento de estabelecimentos publicos: 3º, para a construção naval. Art. 14. Fica o Governo autorizado a vender as terras devolutas em hasta publica, ou fóra della, como e quando julgar mais conveniente, fazendo previamente medir, dividir, demarcar e descrever a porção das mesmas terras que houver de ser exposta á venda, guardadas as regras seguintes: § 1º A medição e divisão serão feitas, quando o permittirem as circumstancias locaes, por linhas que corram de norte ao sul, conforme o verdadeiro meridiano, e por outras que as cortem em angulos rectos, de maneira que formem lotes ou quadrados de 500 braças por lado demarcados convenientemente. § 2º Assim esses lotes, como as sobras de terras, em que se não puder verificar a divisão acima indicada, serão vendidos separadamente sobre o preço minimo, fixado antecipadamente e pago á vista, de meio real, um real, real e meio, e dous

réis, por braça quadrada, segundo for a qualidade e situação dos mesmos lotes e sobras. § 3º A venda fóra da hasta publica será feita pelo preço que se ajustar, nunca abaixo do mínimo fixado, segundo a qualidade e situação dos respectivos lotes e sobras, ante o Tribunal do Thesouro Publico, com assistencia do Chefe da Repartição Geral das Terras, na Provincia do Rio de Janeiro, e ante as Thesourarias, com assistencia de um delegado do dito Chefe, e com aprovação do respectivo Presidente, nas outras Provincias do Imperio. Art. 17. Os estrangeiros que comprarem terras, e nellas se estabelecerem, ou vierem á sua custa exercer qualquer industria no paiz, serão naturalizados querendo, depois de dous annos de residencia pela fórmula por que o foram os da colonia de S, Leopoldo, e ficarão isentos do serviço militar, menos do da Guarda Nacional dentro do municipio.

Era a propriedade de terra que o colono estava interessado. Um dos objetivos era buscar “melhorar de vida” e ter a perspectiva e a possibilidade de “dar um conforto à família”. Atrair o colono em comprar as terras e explorar madeira foi uma prática comum entre os colonizadores. O colono tinha o papel de preencher o “vazio demográfico na região” e trazer o desenvolvimento esperado pelos governantes. Radin salienta: “A propriedade da terra representava acima de tudo a grande possibilidade de dar o conforto à família, de formar uma comunidade de fé, também, espaço da solidariedade no enfrentamento das dificuldades típicas desse tipo de colonização.” (RADIN, 2012, p. 77)

Muitos imigrantes vieram com grande esperança de melhorias nas condições de vida, entre elas ter a sua própria propriedade.

No final do século XIX, desenvolveu-se um novo fluxo migratório através dos projetos de colonização voltados para colonos de origem europeia (alemã, italiana, polonesa, russa entre os principais), que se instalaram como pequenos proprietários nas áreas florestais. Muitas “colônias” foram fundadas em terras concedidas pelo Estado, e outras resultaram de projetos de colonização de companhias privadas, especializadas em comercialização de terras. (ZARTH, 1999, p 110)

Com a colonização Getuliense ali se instalaram imigrantes europeus e/ou descendes. Destes, predominavam os de origem italiana, que chegaram na colônia por volta de 1910 através da ferrovia, ao longo de vários anos, modificaram a fisionomia social da região com seus valores espirituais, culturais e materiais. Grande parte dos imigrantes, não só os italianos, como citei a cima vinham em busca de uma vida melhor para si e para suas gerações. Ainda hoje é possível perceber interferências dos imigrantes oriundos desses países, especialmente na arquitetura e na culinária da cidade, alguns germânicos, poloneses, alemães e judaicos. Praticavam costumes e hábitos culturais mais de origem europeia; falavam e ensinavam aos seus filhos a língua de origem.

Radin, (2009) utiliza a categoria “ocupação” para designar o período anterior à colonização, condizente ao espaço do indígena e do caboclo, “colonização” para designar o período decorrente à colonização, onde a terra passa a ser comercializada pelas companhias colonizadoras em pequenos lotes e apropriação. Grandes extensões de terras foram legalizadas pelo sistema de posse tendo por base a Lei de Terra de 1850. No final do século XIX e início do século XX, tinha-se o entendimento de que seria legítimo “tornar para si aquilo que era considerado abandono, no caso as terras”.

Mais espaços foram ocupados, e uma nova economia, veio a surgir com o minifúndio, contrariando a economia do Rio Grande do Sul que abrangia o latifúndio e as grandes propriedades de terras, assim a articulação de uma política, de ocupação destas terras devolutas em regiões de fronteira, onde o governo do estado, preocupado com a ocupação dessa região, iniciou uma política da ocupação destas terras para os migrantes e seus descendentes. “Os investimentos realizados nos países atrasados conciliavam interesses políticos (manutenção de um certo equilíbrio geopolítico entre as potências imperialistas, ainda que temporariamente) com vantagens econômicas”. (ARRUDA, 2012, p. 101). As vantagens que o governo tirou diante de tal conjuntura se deu através da manutenção de

suas fronteiras no sul do Brasil e da arrecadação da venda dos lotes, da ampliação da agricultura, do povoamento de áreas de mata chamadas de terras virgens, do aumento de arrecadações de impostos, da diversificação cultural, pois o nosso objeto de estudo é o noroeste do estado do Rio Grande do Sul, espaço este ocupado anteriormente por uma estância jesuítica e por outros povos originários.

As florestas de pinheiros, os campos grossos, as terras quentes do Alto Uruguai, conferem feição econômica peculiar a essa, dir-se-ia, metade Norte do Rio Grande, que só veio a tomar real importância no conjunto após a Independência do Brasil, com a entrada dos imigrantes alemães e italianos. Construíram estes, na maior parte dessas regiões um arcabouço econômico de grande solidez. A pequena propriedade de exploração intensiva, aliada à indústria, estão transformando a floresta e os vales intratáveis em risonhos centros de fartura e de paz. Enquanto não se construiu a estrada de ferro, as regiões centrais do País. (GUILHERMINO, 2002 p.17)

O novo município reivindicou o tradicional nome de Erechim junto ao governo do estado, justificando o valor sentimental por ter sido nesse local a primeira sede da colônia. O pedido, contudo, foi negado, sendo sugerido o nome de Getúlio Vargas:

Em 18 de dezembro de 1934, finalmente, tornou-se realidade a emancipação do povoado que se chamava colônia Erechim, pelo decreto estadual nº 5788. O distrito de Sananduva, pertencente a

Lagoa Vermelha, foi excluído do território ao emancipar-se e o território do novo município ficou constituído pelo 2º e 4º distritos de Erechim –Povoado Erechim e Erebangó – e pelo distrito de Sete de Setembro, território do município de Passo Fundo e que, mais tarde, passaria a pertencer a Tapejara, quando este se emancipou. (OLIVEIRA; FORLIN; CRENDENE, 1984, p. 36)

Desde o princípio de sua história conhecida, a cidade de Getúlio Vargas/RS foi sendo transformada principalmente através da ação dos imigrantes/migrantes. Naquele momento em que todos estavam mais preocupados em sobreviver, não era comum produzir registros com o intuito de guardar documentos históricos para a posteridade. No entanto, já havia certa cultura da imagem – as atividades na nova terra, mesmo que em pequena escala e não disseminadas, foram retratadas por lentes fotográficas. Nesse sentido, se uma das funções da fotografia é a de aproximação com o real, estas imagens trazem o efeito de sentido de que possuem uma capacidade especular.

Colonização e ferrovia estavam fortemente interligadas nesse processo e no discurso do governo, representando ambas a

modernização e o progresso. Podemos acompanhar a trajetória da apropriação de terras, atraindo imigrantes e colonos e colocando em prática o processo predeterminado por agentes políticos e econômicos do Estado, que previa tirar de cena o índio e o caboclo. A ferrovia deu sustentação ao projeto de colonização, como meio de transporte de pessoas, além de servir de fronteira e de via para escoar a produção; portanto, teve o papel de animar a vida econômica e de proteger a fronteira.

Referindo-se à formação de Getúlio Vargas, Ângelo Fabris destaca que:

Em 1911, com a chegada do trem e a inauguração da Estação Férrea Erechim, as ligações para a capital, para as colônias velhas e para os outros estados foram estabelecidas. Com o trem vieram mais imigrantes, na maioria italianos, alemães e poloneses, que formaram a base da população e da força de trabalho, possibilitando o maior desenvolvimento da região. A partir de 1924, com o apoio da comunidade, um grupo de moradores levantou a bandeira de emancipação e, em 18 de dezembro de 1934, o governo federal decretou a criação do município de Getúlio Vargas. Ficaram ligados ao município os distritos de Erebangó, Ipiranga, Floriano Peixoto e o bairro Estação, agora municípios que integram a região. (FABRIS, 2014, p. 6)

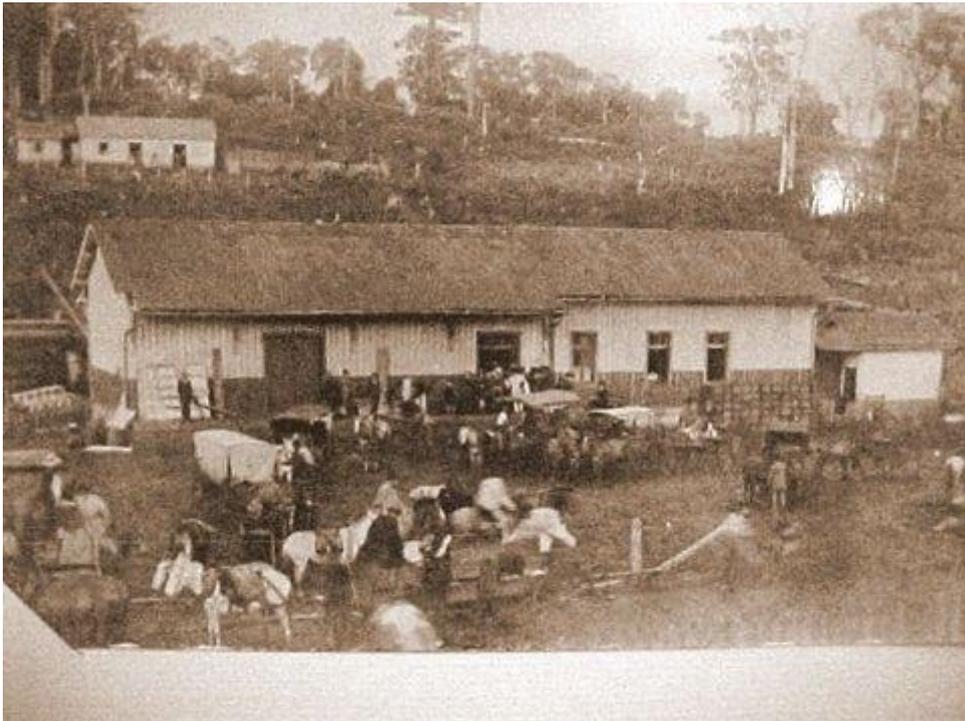


Figura 1: Estação Erechim (1910) - hoje Estação Nova. Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas. Fotografia não identificado.

Os imigrantes europeus chegaram à colônia de Erechim, a partir de 1910. Encontraram uma infraestrutura em fase de execução, um órgão oficial de colonização em atividade a seu benefício e uma ferrovia, além da hospitalidade e do espírito de ajuda de compatriotas aclimatados e experientes, que falavam os mesmos idiomas.

Nesse contexto de 1910, o trem representa a modernidade. Já a estação de trem figura como um ponto privilegiado para a tomada das fotografias da colônia, como podemos observar na figura 1, que traz um retrato da estação de trem e o seu movimento,

representado pelos freteiros, responsáveis pelo transporte de mercadorias e pessoas que chegavam e partiam.

Além da localização da Estação Férrea, a figura 1 e 2 também permite analisar homens com boas vestimentas e com o mínimo de objetos e malas; a charrete e a o cavalo, símbolos de status social, completam na foto o desejo de ascensão social e econômica. O local na figura 1 parece pertencer à zona rural, em função da terra batida, das casas de maneira ao fundo e da mata com bastante árvores.



Figura 2: Imigrantes e migrantes chegam pela ferrovia na cidade de Estação (1910). Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas. Fotógrafo não identificado.

Na figura 2, imigrantes chegam pela ferrovia na cidade de Estação, transportados para a sede da colônia em 1910. Percebem-se homens com boas vestimentas, acompanhados de crianças e sem malas e objetos particulares.

Ao chegarem, os colonos europeus e os imigrantes das colônias velhas encontraram aqueles antigos moradores, com suas capoeiras (áreas desmatadas), roças (plantações de milho), mandioca, feijão), extraindo e cancheando erva-mate. Geralmente possuíam pequenas criações de animais domésticos (porcos, aves, vaca leiteira, terneiros), bois e cavalos, pois os únicos meios de transporte existentes eram o lombo, o burro e a carrocinha. Em sua maioria, eram descendentes de paulistas ou vindos de outros lugares. Dentre eles, havia também alguns descendentes de alemães e italianos. As famílias que chegavam iam se instalando um tanto desordenadamente na área da Praça Júlio de Castilhos e à frente do quadro ferroviário (CHIAPARINI, 2012, p. 43).

Vários problemas surgiram no início das atividades de assentamentos coloniais de imigrantes. Dentre os mais citados compreendem a viagem realizada dos grandes centros até os lotes coloniais devido à dificuldade que apresentavam os meios de transportes frente à condição geográfica. O imigrante procedia de uma realidade diferenciada do meio rural e urbano. Em geral, vivia em seu habitat rural relativamente urbanizado, inserido no contexto europeu. Ao emigrar para o Rio Grande do Sul, antes da I Guerra Mundial, estradas, ferrovias e meios de transporte variados já eram comuns em diversas regiões fora do Brasil.

A viagem rumo à nova propriedade iniciava com o carregamento das malas nas mulas ou nas costas. Reservavam-se cavalos

mansos para as mulheres e as crianças mais novas. Geralmente, os homens e os filhos seguiam a pé ou revezavam-se na maioria dos animais. Os imigrantes seguiam a viagem em fila indiana; à frente, ia o responsável pelo grupo, acompanhado de funcionário da empresa colonizadora. Parava-se para almoçar

e para o descanso de homens e animais. As regiões designadas, como assinalado, raramente havia estradas como as conhecidas em solo, sendo o caminho realizado por picadas abertas na mata. Não raro, precisava-se abrir o caminho com auxílio do facão e expressivo esforço físico.



Figura 3: Imigrantes e migrantes chegam na área da mata, para divisão de lotes (1910). Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas. Fotógrafo não identificado.

Com a observação de detalhes presentes em fotografias como essas, pode-se entender melhor as lembranças dos que viveram naquela época. Era preciso organizar e dividir os lotes, derrubar árvores para então cortar as toras para a construção de abrigos e abrir caminhos em meio à mata fechada - e esta tarefa exigia força masculina. Mulheres e

crianças viriam depois para a Colônia, quando houvesse uma pequena infra-estrutura para recebê-los. Naquele instante congelado, as toras começavam a ser organizadas, após a limpeza dos troncos e a abertura de uma clareira. Ao fundo, nota-se que a floresta era densa, e que uma das espécies que a constituíam era a Araucária, ou pinheiro-do-

Paraná. Homens protegidos por roupas compridas, chapéus e botas para enfrentar as intempéries do clima, insetos e animais da floresta. O trabalho era braçal, com instrumentos como foices e enxadas.

A acomodação dos imigrantes nas hospedarias e barracões, enquanto não fossem destinados a seus lotes também trouxe dificuldades aos imigrantes e Empresas Colonizadoras. Era difícil acomodar número tão grande de pessoas, com costumes e dialetos diferentes, em pouco espaço. A título de exemplo, podem-se citar as Colônias de Ijuí e Boa Vista do Erechim, onde os imigrantes ficavam dispostos em um barracão, esperando a designação dos lotes, nem sempre considerando suas diferenças

linguísticas e condições físicas - quente e mal ventilados -. Alemães, italianos, judeus e poloneses dividiam o mesmo espaço.

No momento da instalação no lote colonial, a edificação da residência estava entre as mais importantes para início do empreendimento. Em geral, foi o colono que edificou sua casa, utilizando-se de material encontrado na propriedade: barro, madeira, palha e pedra. Os pregos, algumas vezes utilizados pelos imigrantes alemães e italianos, não foram utilizados na arquitetura polonesa. Os poloneses utilizaram sobretudo o sistema de encaixes de madeira - blocausse -, usado na Polônia durante vários séculos, sobretudo na área rural.



Figura 4: Grupo de imigrantes e migrantes prontos para a construção de casas (1910). Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas (IHGGV). Fotografia não identificada.

Na figura 4, grupo de colonos que faziam mutirões de homens, com ferramentas em mãos, prontos para dominar a mata, sendo que utilizavam a sua força braçal e animal (carro de boi – transporte de pedras, pedregulhos, terra), ajudavam manter trechos mais próximos de sua moradia. Os interesses coletivos (escolas, conservação de estradas, comercialização de produtos) se resolviam mais dentro da própria comunidade local

(Linhas). A recuperação de estradas se dava através de mutirões, uma vez por ano.

Os imigrantes não eram exigentes no que se referia à moradia, já que a situação habitacional era difícil. “As casas eram pequenas e mal ventiladas. Antes de emigrarem, muitos camponeses moravam em casas locadas. Muitas casas - chalupa - eram desconfortáveis, sem instalações sanitárias, assemelhando-se às choças medievais.” (TEMPSKI, 1971; p.309-313).



Figuras 3 e 5: Início do povoamento em Erechim, atual Getúlio Vargas (1913). Rua 3, Av. Borges de Medeiros nos primórdios da colonização (1913). Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas. Fotógrafo não identificado.

Nas figuras 3 e 5, percebe-se o início do povoamento em Erechim, atual Getúlio Vargas, em 1913, na Rua 3, Av. Borges de Medeiros, nos primórdios da colonização. Trata-se de uma representação do espaço urbano, com poucas ruas abertas, sem postes de luz, algumas casas pequenas feitas de madeira e outras um pouco maiores com

bastantes janelas e portas grandes; uns dos meios de transporte, que aparece na imagem, era a charrete; a rua era de terra batida.

Animais também eram criados, em pequena quantidade, tais como vaca, cachorro, galinhas, porcos, para a subsistência da família e dos vizinhos próximos, que compravam leite, galinhas, ovos, banha de

porco e uma parte da carne. As famílias também faziam trocas de alimentos, pois, no início da colonização, não havia como guardar carnes por muito tempo, de modo que estas eram repartidas entre os vizinhos.

Os colonos desenvolviam a agricultura familiar, plantavam e criavam o que precisavam à sua manutenção, e sobras serviam para vender e obter dinheiro. Acreditavam que a cada ano construiriam dias melhores com base na vontade, saúde e recursos que dispunham.

Para Chartier, o conceito de representação é a “pedra angular de uma abordagem a nível da história cultural”, pois permite articular três modalidades de relação com o mundo social:

Primeiramente, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; em seguida, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns “representantes” (instâncias coletivas ou pessoas) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade (CHARTIER, 1990, p. 23).

Assim, a história cultural se definiria, por um lado, como “a análise do trabalho de representação, isto é, das classificações e exclusões que constituem, na sua diferença

radical, as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou de um espaço” (CHARTIER, 1990, p. 27), e, por outro, “como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido. Rompendo com a antiga ideia que dotava os textos e as obras de um sentido intrínseco, absoluto, único — o qual a crítica tinha a obrigação de identificar — dirige-se às práticas que pluralmente, contraditoriamente, dão significado ao mundo” (CHARTIER, 1990, p. 27).

CONCLUSÃO

É possível perceber que a colonização de Getúlio Vargas/RS não foi espontânea, mas sistemática e programada, feita a partir de interesses do Estado, das colonizadoras e especuladores. Repetiu-se o mesmo modelo de ocupação das áreas de colonização gaúcha, baseado na pequena propriedade colonial, que era destinada à agricultura de subsistência e procurava atender ao mercado interno.

Os primeiros anos nas novas terras foram bastante sofridos, pois dispunham de poucos recursos, para a sobrevivência, onde a mata era abundante, e não havendo estradas para chegar as residências que estavam sendo recém construídas em meio a mata. A atual cidade de Getúlio Vargas por volta de 1915, pertencia a Erechim, nesta época havia poucos habitantes nestes lugares, as matas eram densas, sendo alguns lugares habitados

por povos originários e também caboclos, que eram responsáveis pela criação de algumas cabeças de gado, ou que chefiavam a retirada dos povos destas matas levando-os para os espaços chamados pelo governo de reserva indígena

As novas terras do norte do Rio Grande do Sul absorveram o grande excedente populacional das áreas coloniais de todos esses estados. Assim, na medida em que eram ocupadas as terras, aliviava-se a pressão demográfica.

O modelo de colonização adotado nas novas terras favoreceu a continuidade da civilização agrária, em que os migrantes mantiveram-se ligados ao trabalho agrícola. Em virtude do tamanho dos lotes e, de modo especial, das limitações do próprio modelo, a expectativa de fazer fortuna frustrou-se novamente. Apesar disso, na visão dos agricultores, considerava-se um status de ser proprietário, ou mesmo estar ligado a terra.

Os migrantes nas novas terras agiram conforme sua visão e seus princípios culturais, contribuindo, nesse sentido, para a marginalização dos caboclos, que, na região, ficaram cada vez mais distantes do acesso à terra e às condições de sobrevivência. No entanto, muitos desses caboclos excluídos resistiram a essa forma excludente e perversa e permaneceram na região. Sendo assim, pode-se perceber que os caboclos contribuíram em vários aspectos para o

crescimento tanto econômico quanto cultural da região do norte do RS.

Na região de Getúlio Vargas a presença dos migrantes, em especial, italianos e alemães é bastante visível e, apesar da forte presença desses migrantes, pode-se perceber grande presença dos caboclos e índios através da miscigenação que foi um processo inevitável, fazendo com que o multiculturalismo prevalecesse na região.

Ao analisar as imagens, não há como ficar passivos. Elas incitam nossas lembranças, nos fazem pensar sobre o passado, a partir do dado de materialidade que persiste na ideia retratada². Qual é, pois, a natureza desses registros? Qual é o papel do fotógrafo? Quais são as imagens que compõem o colono/imigrante como construtor da cidade?

As respostas a tais indagações supõem o exame das fotografias e o contexto das publicações onde estão inseridas.

O fotógrafo, na maioria das vezes, sequer era identificado nas fotos, o que sugere outras reflexões acerca da autoria e do estatuto da fotografia para aquela coletividade naquele contexto.

Desse modo, as fotografias caracterizam, num primeiro momento, a chegada dos imigrantes/migrantes após o desenvolvimento dessa cidade a partir da mão de obra do colono em querer colonizar o local. As fotografias enquanto recursos

imagéticos nos permitem analisar a visibilidade e invisibilidade dos fenômenos sociais revelando uma modalidade de olhar o trabalho do colono para desfazer a mata e construir a cidade atual a partir das lentes do fotógrafo e da sociedade daquele momento.

Para Kevin Lynch,

A cidade é uma construção no espaço, mas tão vasta que os nossos sentidos deixam de alcançar o espaço quando este existe mais além. Apreendemos, por isso, a cidade por partes e nesse processo a nossa mente retém as memórias e os significados mais importantes, que mais nos marcam ao longo da vida, de algum modo associando-os ao espaço que suporta fisicamente esses acontecimentos; estabelecem-se assim relações com partes da cidade, as quais se transformam nas mais significantes. (LYNCH, 1997, p. 11).

Assim, a imagem urbana colonial cumpre a tarefa de demarcar e assinalar o espaço – lugares e geografia. Deste modo, ela é pontual e traça o percurso da cidade; ademais, organiza a cidade, torna-a simbólica e representativamente eficiente. O seu reconhecimento supõe a percepção coletiva que a consagra e que faz circular valores, referências e identidades urbanas.

Através desse artigo não esperava-se concluir a temática sobre a colonização e povoamento da região sul, mais contribuir como fonte para futuros trabalhos que poderão abordar essa mesma temática.

Entende-se que os principais objetivos do trabalho foram alcançados e espera-se a

continuidade dos estudos para melhor compreender o fenômeno da colonização na cidade de Getúlio Vargas.

REFERÊNCIAS

BORGES, Maria Elisa Linhares. **História & fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CHARTIER, Roger. **A história cultural - entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHIAPARINI, Enori José. **Erechim: retratos do passado, memórias do presente**. Erechim, RS: Graffoluz, 2012. KOSSOY, Boris. **A fotografia como fonte histórica: introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado**. SP: SICCT, 1993.

_____. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editoria, 2001.

DETONI, M. G. **Erechim e sua Arquitetura antiga**. A Voz da Serra, Erechim, p. 7, 9 abr.1989, Caderno Especial.

DORIGON, Clóvis; RENK, Arlene. **Juventude rural, produtos coloniais e produtividade**. Chapeco: Argos, 2013.

FABRIS, Ângelo Maria; **Getúlio Vargas 80 anos: a história político-administrativa do município**. 2. Ed. Getúlio Vargas: Ed. Graffoluz, 2014.

FABRIS, Neivo. A Revolução Federalista e o sertão do Alto Uruguai. **Revista do Instituto**

Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas/RS, Getúlio Vargas, dez 1996.

FORLIN, Cleonice; OLIVEIRA, Adão Russi de, GRENDENE, Angela. **Monografia do município de Getúlio Vargas**. Concórdia Gráfica Estrela Ltda., 1984.

_____. Estética, memória e ideologia fotográficas: decifrando a realidade no interior das imagens do passado. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 6, nº 1-2, p. 13-24, jan/dez, 1993.

GUILHERMINO Cesar. **História do Rio Grande do Sul**: Período colonial. 3ed. Martins Livreiro – Editor Porto Alegre – RS 2002

GOLIN, Tau. **A Fronteira**: Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina. Porto Alegre: L&PM, 2002.

ILLA FONT, Juarez Miguel, **Serra do Erechim**. Tempos heroicos. Erechim: Carraro, 1983.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 11.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história-interfaces. In: **Revista Tempo Rio de Janeiro**, v.1, n.2. p.73-98, 1996.

MAUAD, Ana M. Fotografia e História: possibilidades de análise. In: Maria Ciavatta; Nilda Alves. (Org.). **A Leitura de Imagens na Pesquisa Social**: História, comunicação e Educação. 1 ed. São Paulo: Cortez, v. 1, p. 19-36, 2004.

MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v.1. n. 13. p. 145, 2005.

MONTEIRO, Charles. História, fotografia e cidade: reflexões teórico-metodológicas sobre o campo de pesquisa. **MÉTIS: História & Cultura**. Caxias do Sul, v. 5, n. 9, 2006. p. 12.

OLIVEIRA; FORLIN; GRENDENE, **Monografia do município de Getúlio Vargas 1934-1984**, 1984, p. 36.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Imprensa Nacional / Casada Moeda, 1984. p. 51-86.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SILVA, Marcio Antônio Both da. **Bebel do novo mundo**: povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925). Guarapuava: Unicentro, 2011; Niterói, UFF, 2011.

VEIGA, Juracilda. Mudanças no padrão de ocupação e produção nas terras indígenas Kaigangs: Tedesco, João Carlos(org.) **Conflitos Agrários no norte gaúcho** – vol 3

João Carlos Tedesco; Joel João Carini (orgs.)

Passo Fundo: IMED. 2010.

TEMPSKI, Edwino. **Quem é o polonês?**

Boletim Especial do Instituto Histórico,
Geográfico e Etnográfico Paranaense,
Curitiba: 1971

WEISS, João. **Colonos na selva.** Emigrantes
como agricultores. Rio de Janeiro: Méier e
Blumer, 1949.

ZARTH, Paulo Afonso: **Do Arcaico ao
moderno:** o Rio Grande do Sul agrário do
século XIX/ Paulo Afonso Zarth – Ijuí: ed.
Unijuí. 200.

_____ **História:** debates e tendências/A
última Fronteira do Rio grande do Sul/
Universidade de passo Fundo, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas, Programa de
pós-Graduação em História – Vol.3 (dez;
2002).

NOTAS

¹ Possui Graduação em História - Licenciatura Plena pela Universidade de Passo Fundo. Especialização em Educação Especial e acadêmica do programa de Mestrado em História Regional pela Universidade de Passo Fundo.

² MAUAD, 2004, p. 35. BEZERRA MENESES, Ulpiano T. Rumo a uma história visual. In: MARTINS J. S.; ECKERT, C.; NOVAES S.C. (Org.). O imaginário e o poético nas Ciências Sociais. Bauru: EDUSC, 2005.

Recebido em: 06/11/2018.

Aprovado em: 19/11/2018.

Publicado em: 10/01/2019.